



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2021

SESSÃO Ordinária

Sessão realizada no dia 28 de junho de 2021, no Centro de Artes do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Presidente: Idalino Sabido José (PS), -----

1ª Secretária: Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira (PS) -----

2º Secretário Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Bernardo Ferreira de Brito (PS) -----

Maria Fernanda Oliveira Raposo (PS), substituída por Edgar Filipe Jesus Almeida -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (PS), substituído por Paula Cristina Peres Gamito -----

Rita Sofia Raposo Camacho (PS) -----

Helena Cristina Nobre de Jesus (PS) -----

Paulo Alexandre Ferrarias Correia (PS) -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (Mov. Sim) -----

José da Silva Raposo (Mov. Sim) -----

Rodrigo Marques Costa (Mov. Sim) -----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Fernando Miguel Ramos -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----

Vereadora: Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo -----

Vereador: Paulo José da Conceição Beliche -----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines -----

Renato José Fernandes Penas (CDU) -----

Carlos Alberto do Carmo Espadinha (CDU) -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

José Manuel Vilhena Charnequinho (Mov. Sim) -----

Cláudio Filipe dos Santos Coroa Ferreira (PS) -----

Ausências da Câmara Municipal de Sines -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereador: Hélder Alexandre Gil Guerreiro -----

Eram vinte e uma horas e quinze minutos quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão ordinária de vinte oito de junho de dois mil e vinte e um. -----

A - Período Antes da ordem do dia -----

Neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão que queiram ver abordada. Depois dá a palavra aos mesmos. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que “tenho verificado já algumas vezes que a potência das explosões verificada na pedreira tem aumentado substancialmente. Como sabem, eu frequento o Clube Náutico e inicialmente não se ouvia sequer o barulho das explosões, mas ultimamente as explosões têm sido mais expressivas. Eu não sei se alguém está a acompanhar as ondas provocadas por estas explosões, mas o barulho é mesmo intenso. Não sei se existe aqui alguém que tenha conhecimento das verificações que são feitas durante as explosões, se houver, nomeadamente o Senhor Presidente, agradecia explicação sobre o assunto. -----

Tenho referido aqui por várias vezes o estado de degradação das ruas e pavimentos da ZIL2, da Rua da Boavista, do estacionamento em frente ao Jardim das Descobertas, etc. Mas o que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

verifica é que nada tem sido feito e os buracos vão aumentando, tornando as vias intransitáveis. Penso que seria altura de meter mãos à obra e fazer qualquer coisa para que esta situação não se complique durante o período das chuvas. -----

Na última reunião da Assembleia também chamei a atenção para a necessidade de se proceder ao corte de ervas nos passeios da ZIL2 e informaram que já tinham começado essa operação. No entanto, o que se constata é que há uma limpeza na zona periférica da ZIL, mas os passeios interiores continuam na mesma, com imensa erva, que convinha limpar. -----

Sobre a Rua Marquês de Pombal também pretendia saber se existe alguma data para a conclusão da obra. Penso que era importante obrigarem o empreiteiro a usar máquinas de corte de pedra refrigeradas a água, de forma a minimizar a poluição que esta operação origina. Outra questão não menos importante, e que se verifica frequentemente, é o facto de não usarem máscara no corte da pedra. Pergunto se a Câmara não fiscaliza a obra, em termos de segurança e higiene. Era importante obrigar estas pessoas que estão encarregues deste trabalho a usar máscara. -----

O deputado **José Raposo** diz que “na praia Vasco da Gama está a ser construída, junto ao Pontal, uma rampa de madeira. A pergunta que eu faço é se há alguma intenção da APS ou da Câmara, de construir alguma outra rampa, naquela zona central da praia, onde em tempos houve uma escada que foi demolida pelo mar. Há uma escada de acesso à praia na parte lateral esquerda e no lado direito talvez houvesse condições para se fazer aí uma rampa, porque nessa zona não há rampa nenhuma”. -----

O deputado **António Roberto** refere que “antes de mais gostava de, em nome da bancada da CDU, propor um voto de pesar pela morte do meu camarada Américo Leal, que morreu no passado dia dezoito de junho. É um filho de Sines e morreu com noventa e nove anos (faria cem anos em janeiro). Foi um lutador antifascista e viveu na clandestinidade durante muitos anos. Foi preso, passou pelas prisões da PIDE e foi deputado à Assembleia Constituinte. A seguir ao 25 de abril, quando veio a Sines foi recebido por toda a população do concelho de Sines e quando chegou à estação dos caminhos de ferro foi levado em ombros. Gostaria que a nossa Assembleia Municipal aprovasse um voto de pesar pela perda deste lutador antifascista, filho de Sines. -----

Gostaria também de saber alguma coisa em concreto, se é que a Câmara nos pode dizer alguma uma coisa, que é o seguinte: Havia um homem, também filho de Sines, e a sua filha, que vendiam flores junto ao cemitério, era o Túlio e a sua filha Rosário. E segundo ouvimos foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

multados por estar vendendo junto à porta do cemitério. Não posso naturalmente fazer afirmações em concreto sobre esta perspetiva ou aquela, mas gostaríamos de saber o que é que de facto aconteceu e pensamos que a Câmara terá alguma coisa para dizer. -----

Outra questão tem que ver com a Travessa da Ti Carlota, está esplêndida, comparando com aquilo que era antes, um espaço bonito, bem arranjado, mas outras interrogações se colocam. Aquilo agora tem um espaço que cabe lá um carro. A pergunta que se coloca é? O que é que se pensa fazer para evitar que o carro lá entre, porque é fácil entrar ali um carro. Acrescento que também faltam agora as placas a dizer que aquilo é a Travessa da Ti Carlota. -----

No Bairro Municipal da Floresta, que é ali próximo onde eu vivo, há lá um espaço que era verde e, sublinho, que era verde, mas agora não. Agora, as vizinhas que moram naquele espaço queixam-se que o pó entra para dentro das suas casas. -----

Do outro lado deste mesmo bairro há um parquezinho que dá para jogar futebol e outras modalidades, e tem um parque infantil, mas que está completamente degradado. Pergunto o que é Câmara pensa fazer ali? -----

Depois, uma questão que se coloca neste momento ainda, em relação à Bandeira Azul na praia de Sines. O que é que foi feito até agora para que a praia de Sines possa ter a Bandeira Azul? Creio que é do conhecimento de todos os que aqui estão, que na Rua da Reforma Agrária, ou seja, na rua onde estão escolas, que há excesso de velocidade por parte de alguns automobilistas. O que é que se pensa fazer para evitar esse excesso, porque só as placas não chegam, se chegassem não havia esse excesso de velocidade. Eu como paro ali muitas vezes, contato com algumas pessoas que têm sugerido pôr ali umas lombas. Estou a colocar a questão, porque trata-se de um espaço onde temos dezenas de crianças, para não dizer centenas. -----

A outra questão era no bairro Primeiro de Maio, naquelas obras que foram feitas. Embora pareça mentira, nós sabemos que há pessoas que não respeitam as normas e aceleram ali naquele bairro. Naturalmente, quando se repara nessas coisas e se vê estas coisas, choca qualquer um de nós. Eu não estou aqui a falar em meu nome, estou a falar em nome da CDU, porque ouvimos o reflexo de pessoas que moram ali, e que ali trabalham, portanto, também saber se a Câmara tem alguma questão a colocar sobre isto”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, relativamente à proposta apresentada pelo deputado **António Roberto** sobre o falecimento do senhor Américo Leal refere “eu proponho à Assembleia que se associe a este voto de pesar que foi apresentado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Queria questionar se algum senhor deputado se opõem, ou se abstém, a este voto de pesar. Não havendo, a Assembleia está associada, por unanimidade, a este voto de pesar do falecimento do nosso conterrâneo, o senhor Américo Leal, um antifascista, que todos nós conhecemos, que esteve na clandestinidade, que passou por grandes dificuldades no tempo do fascismo e deu o seu contributo para que conseguíssemos chegar ao 25 de abril". -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado **Carlos Murta**, sobre as potências das explosões, nós já solicitamos esses dados. Estão distribuídos por aquela zona da cidade, junto à pedreira, mas também na zona de Santa Catarina, alguns equipamentos para fazerem as medições e para termos a certeza dos valores em causa. Poderemos entregar essas medições à Assembleia Municipal. Não posso confirmar se temos, neste momento, esses dados a que se referiu, presumo que sejam das últimas explosões existentes, mas vamos compilar toda essa informação e fazemos chegar a mesma, independentemente da data a que se refere. -----

Relativamente ao estado de pavimentação das ruas e estradas da cidade, a Câmara lançou uma empreitada de cerca de 700.000 euros para a repavimentação das ruas de Sines e Porto Covo. Eram dois lotes e o lote do Porto Covo ficou deserto. Relativamente ao lote de Sines as propostas estão em análise, julgamos que durante esta ou a próxima semana será adjudicada, para que as intervenções na cidade possam ocorrer o mais rapidamente possível e, naturalmente, antes do inverno. Estão identificadas uma série de zonas a intervir, nomeadamente as que falou e muitas outras que fazem parte dessa grande intervenção. -----

Relativamente ao corte das ervas no passeio da ZIL2, a empresa que foi contratada tem estado a prestar esse serviço, ou seja, a cortar as ervas nos passeios e não só, nas várias áreas da cidade, especialmente nos espaços verdes. A desculpa não é sempre a chuva, mas este ano até em junho choveu e certamente que vamos continuar a desenvolver esse trabalho, não só com a empresa que temos, como também com os serviços camarários. -----

Relativamente à Rua Marquês de Pombal ficou essa nota do corte de pedra com máquina. A Câmara tem fiscalização e até contratou uma fiscalização exterior, que está a acompanhar toda essa obra e julgamos que essa questão relativamente às máscaras, julgamos não, temos a certeza, vamos fazer chegar essa informação para perceber o que é que se passa, mas é algo que fica assinalado. Quanto à obra, a última decisão que a Câmara tomou foi prorrogar o prazo até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ao final de julho. Entretanto, os últimos dados apontavam para que o empreiteiro quisesse começar a última parte a partir do hotel para baixo, até junto ao viaduto da zona da Friplex. A Câmara não vai autorizar o arranque dessa parte, enquanto os trabalhos não estiverem mais desenvolvidos até à zona do hotel, julgamos que até final do próximo mês grande parte daquela pavimentação deverá estar feita. O problema agora que se colocou teve a ver com uma empresa, com o subempreiteiro da parte das calçadas, mas estamos a acompanhar a situação e, obviamente, a Câmara não terá grandes condições para continuar a dar prorrogações da obra, até porque não há justificações neste momento. Como tal, a proposta será aplicar penalidades para que o empreiteiro perceba que não é possível continuar naquele ritmo. As obras nos últimos dois, três meses, andaram bastante. Aliás, se fosse a este ritmo, certamente tinham conseguido terminar a obra em muito menos tempo. É um problema que temos e enquanto a obra não estiver concluída, vamos ter que continuar a “apertar” com o empreiteiro, para que continue a realizar outros trabalhos dentro daquilo que seria o plano de trabalhos atualizado, com a previsão até final de julho. Mas é uma preocupação que temos desde o início daquela obra. -----

Relativamente à zona do Pontal, senhor deputado **José Raposo**, como sabem num dos decretos de descentralização de competências, as praias a partir de 1 de janeiro deste ano passavam para as Câmaras Municipais. Relativamente à praia Vasco da Gama nós tivemos algumas dúvidas e estamos em negociações com a Administração do Porto de Sines. No entanto existiram questões que tem que ser ultrapassadas, nomeadamente a falta de uma rampa para pessoas com mobilidade reduzida. A rampa que estava junto ao Pontal não cumpre com essas condições e o que exigimos à APS foi que construíssem uma rampa para que as pessoas com deficiência pudessem usufruir da praia. Relativamente à questão que colocou, se existe alguma intenção de construir um acesso, existe. Nós quando começámos a falar com a APS, relativamente à praia Vasco da Gama, deparámos com uma situação um pouco caricata, que foi a negociação feita na altura com a Administração do Porto Sines para definir a área de jurisdição. A Câmara ficou com toda a avenida Vasco da Gama, até ao muro, mas com exceções, ou seja, o muro é todo da Câmara, inclusive a parte que está virada para o mar e a parte do areal pertence toda à APS, com exceção da rampa que foi destruída, que pertence à Câmara, é algo assim um pouco caricato, mas é um facto que a rampa já não está lá. Era uma rampa que era da Câmara e a partida seria a Câmara a construir um novo acesso. Estamos a negociar no sentido de a APS tentar construir um novo acesso, em rampa ou em escada, um pouco mais para o centro da praia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

mais ou menos na zona onde está o túnel. Estamos a ver a melhor solução, mas o projeto está a ser desenvolvido. -----

Relativamente às várias questões colocadas pelo deputado **António Roberto**, nomeadamente a questão da Travessa da Ti Carlota. A obra ainda não está totalmente concluída. Existem uma série de pormenores, uns que estavam contemplados na empreitada, outros não, e que estão a ser analisados, nomeadamente na zona do passeio de acesso à Travessa, entre outras. A obra ficou interessante, com os bancos, com a iluminação, com os esgotos, fica com muito melhor qualidade para as crianças, principalmente as crianças que frequentam as escolas, mas essa questão das placas não está esquecida. A questão dos carros é um problema que temos, eu penso que não é só em Sines, é em todas as cidades. Já que frequenta muito o bairro Primeiro de Maio, dá para perceber que nalgumas zonas as pessoas não conseguem meter o carro dentro de casa, mas pouco falta, porque de facto é uma situação constante nalguns bairros. Aliás, a obra da Marquês de Pombal ainda não está concluída e mesmo assim já há carros em cima dos passeios para os peões, que é algo que não faz qualquer sentido. Isso cria vários problemas, para além de ser ilegal e estarem a violar a lei, danifica os pavimentos, depois aquelas lajes em betão não aguentam o peso e partem-se. Mas naturalmente fica essa recomendação e vamos ver de forma a que não apareça nenhum carro naquela via. -----

No Bairro Municipal da Floresta existe um espaço que era verde. Temos tido alguns problemas ao longo dos anos com essas questões, pelo facto de muitas delas não terem regas automáticas. O que estamos a fazer na cidade é precisamente a criar esses sistemas automáticos de rega. Já muitas zonas atualmente tem essa rega automática, outras ainda não, recorde, por exemplo, o Bairro Operário ainda não tem, essa zona também não tem, há várias zonas que estão neste momento a ser intervencionadas por uma empresa que nós contratamos para o efeito, mas obviamente que fica essa nota relativamente a esse espaço. -----

Quanto ao Parque Polidesportivo, tal como muitos outros parques da cidade, está a ser analisado para ser intervencionado. É algo que está a ser estruturado e não para fazer pontualmente, queremos dar prioridade, mas neste momento e tendo em conta os desenvolvimentos que tivemos no último ano e meio, é natural que alguns desses espaços tivessem ficado um pouco para trás, em virtude de outras prioridades. Em todo o caso, eles estão sinalizados e seguramente que vamos ter um plano para intervencionar esses espaços, como tivemos no passado também com os parques infantis, onde tivemos que fazer grandes intervenções nalguns deles. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Quanto à Bandeira Azul, como eu referi, a Bandeira Azul é um galardão que é entregue a quem se candidata ao mesmo e, como sabem, a praia Vasco da Gama não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. Cabe à Administração do Porto de Sines criar todas as condições para, se quiser, candidatar essa praia. No caso da Câmara Municipal temos tido situações, no passado, de praias que pura e simplesmente perderam o galardão da Bandeira Azul e já recuperámos, recorde, por exemplo, a praia de Morgavel, que era uma praia que durante anos e anos tinha praticamente um esgoto a céu aberto a correr do parque campismo para a praia. Felizmente essas situações complicadas foram ultrapassadas. -----

A Câmara continua também a investir bastante na questão ambiental relacionada com a Bandeira Azul. O município de Sines foi considerado, pelo segundo ano consecutivo, o município mais azul, no que respeita à política ambiental desenvolvida no âmbito desta Bandeira Azul. Relativamente à questão concreta da praia Vasco da Gama, teve a ver com o facto de durante o ano de 2020, algumas das análises efetuadas não terem a qualidade excelente, só tinham muito boa, e como tal a Bandeira Azul é exigente e não atribuiu o galardão. -----

Vamos trabalhar com a APS para perceber o que é que aconteceu e, no próximo ano, naturalmente candidatar a praia para que possa voltar a ter a Bandeira Azul. -----

Independentemente das questões da Bandeira Azul, temos outras bandeiras que também são interessantes, eu diria mais interessantes que a Bandeira Azul, que é as praias Qualidade de Ouro e temos em Sines quatro praias com essa bandeira, que é algo também que nos enche de orgulho, uma vez que são parâmetros muito mais exigentes e que definem a qualidade das nossas praias. -----

Quanto à rua da Reforma Agrária e ao excesso de velocidade naquela artéria. Nós ao longo de anos temos tido várias intervenções no sentido de melhorar, não só a sinalética, como também as normas e as regras de segurança naquelas áreas. Neste momento aquilo que temos pensado é um projeto que vai permitir que a rua fique um pouco mais estreita e diminuir a velocidade. A rua da Reforma Agrária tem vários problemas. Tem o problema do excesso de velocidade, tem o problema das árvores que foram plantadas nos passeios, não tem zonas muito bem definidas de estacionamento e tem ainda problemas no subsolo, com as infraestruturas que frequentemente rebentam. Essa intervenção terá que ser uma intervenção mais profunda, é isso que nós temos pensado e julgamos que teremos condições no futuro para desenvolver esse projeto, que é muito importante para aquela zona da cidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Quanto ao Bairro Primeiro de Maio apesar de termos colocado sinalização de velocidade mais reduzida, há pessoas que teimam em não respeitar. Aquilo que falou quanto às lombas é uma solução que alguns municípios adotam, outros nem tanto, porque cria também muitos constrangimentos na circulação. Não podemos encher a cidade de lombas, porque isto depois torna-se mais uma montanha-russa, do que propriamente uma cidade com uma circulação mais agradável. Estamos a tentar encontrar outro tipo de sinalética e de soluções que permitam reduzir a velocidade. Dentro do Bairro Primeiro de Maio, como é uma artéria interior, à partida essa solução de lombas mais pequenas pode ser uma solução. No entanto tem que ser analisado, caso a caso, porque as lombas não podem ir até aos limites, nem dos passeios, nem do muro que lá está, porque se isso acontecer depois as próprias pessoas ao andarem a pé, vão ter ali mais um obstáculo e não queremos que isso aconteça, mas naturalmente que iremos analisar essas questões que colocou e ver qual a melhor solução”.

Relativamente à questão da venda eu encontrei a filha do senhor, que me abordou e pediu para falar comigo e eu disse-lhe que iríamos falar durante esta semana. A situação que se passou, e a informação que tenho dos serviços, foi que o senhor estava a vender junto ao Mercado Municipal, alguém supostamente apresentou queixa e quando alguém apresenta queixa faz parte da regra que a Câmara tome iniciativas no sentido de averiguar o que é que se passa. Os fiscais deslocaram-se lá, avisaram o senhor que não podia lá vender, uma vez que não tinha autorização para o efeito. Por vezes surgem na cidade, e não é a primeira vez, situações de autorizações antigas feitas à mão, assinadas por um vereador ou por um presidente, não sei precisar, a autorizar para vender. Hoje as coisas já não acontecem assim, há regras que têm que ser cumpridas. Numa segunda vez o senhor foi novamente vender para o cemitério e a informação que tenho é que colocou as flores dentro do cemitério e ficou cá fora. Mais uma vez os fiscais foram lá, advertiram e abriram um auto. Neste momento existe um auto e uma possível passagem de uma coima, mas isso ainda está a ser analisado. Vamos ver o que é que o senhor tem a dizer relativamente a isso, há-de fazer o contraditório e depois a Câmara decide, mas neste momento não pagou nenhuma multa. Seguiu-se o processo normal que a fiscalização faz com qualquer atividade que considere que não está dentro das regras aplicáveis, foi única e exclusivamente isso”.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informa que se passará ao ponto seguinte.



Alma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

B - Assuntos da ordem do dia -----

Ponto 1: Apreciação e votação da ata da reunião da Assembleia Municipal Ordinária de Sines realizada em 24-02-2021. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se algum deputado quer colocar alguma questão sobre a ata de 24-02-2021. -----

Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 12 votos a favor do PS, 3 do Movimento Sim e 1 da CDU. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da ata da reunião da Assembleia Municipal Extraordinária de Sines realizada em 25-04-2021. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, refere que “relativamente à ata há uma pequena correção que não está na ata que receberam, que me foi transmitida diretamente pelo Senhor Vereador Paulo Beliche. Na sua comunicação há um ponto em que diz - *avaliada pela própria cabeça e não por histórias contadas por outros* - histórias não é com hi, mas com es, estórias, que é mais genérico e não é história efetivamente cronológica. Portanto, vamos considerar esta pequena correção. Eu pergunto se há mais alguma questão a colocar na ata relativamente à sessão solene comemorativa do 25 de abril, tendo em conta esta pequena correção”. -----

Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 11 votos a favor do PS, 3 do Movimento Sim e 1 da CDU. -----

Ponto 3: Apreciação e votação da proposta da Mesa da Assembleia Municipal relativa à recondução dos mandatos das comissárias designadas pela Assembleia Municipal de Sines, na CPCJ de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz que “antes de submeter o ponto à apreciação, dá nota que o documento que a Mesa da Assembleia recebeu da Senhora Presidente da CPCJ, Engenheira Fernanda Duarte, propunha, para legalizar o processo, a recondução dos mandatos das comissárias que foram designadas na altura pela Assembleia Municipal Sines. A posição da Mesa é que para ultrapassar esta situação e regularizá-la apresentou como proposta à Assembleia, a recondução destes mandatos. Como sabem, são os quatro elementos que estão no documento, as comissárias Daniela Sofia Pacheco Vilhena Louzeiro, Maria Clementina Póvoas Fragoso Pereira, Lénia Maria Martinho Santos e Maria Deolinda Moura do Ó Lourenço”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto. Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do Executivo da Câmara Municipal de Sines, referente ao suplemento de penosidade e insalubridade – Adequação do Mapa de Pessoal

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que relativamente a este ponto “a Câmara Municipal de Sines aprovou a atribuição deste suplemento, que depois o Vereador **Fernando Ramos** poderá explicar melhor. Aquilo que vem aqui à Assembleia Municipal é apenas aprovar e submeter à Assembleia a adequação do Mapa de Pessoal para 2021, com identificação dos postos de trabalho cujas funções preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade. São duas questões diferentes: relativamente à atribuição do suplemento é uma competência da Câmara, relativamente ao Mapa de Pessoal é uma competência da Assembleia Municipal. -----

O Vereador **Fernando Ramos** refere que “Os senhores Deputados têm aqui o documento, mas não gostaria de deixar passar este momento sem dizer que é da mais elementar justiça a atribuição deste suplemento de penosidade e insalubridade. Recordar que esta mesma Assembleia Municipal e também a Câmara Municipal, aprovou um documento, uma moção, sobre esta matéria, por unanimidade, e da recomendação ao Governo para legislar neste domínio. Isso foi feito porque também houve um acordo na Assembleia da República para o efeito. A Câmara Municipal o que fez foi cumprir os procedimentos, obter um parecer do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho, reunir e obter o parecer da parte dos representantes dos trabalhadores, nomeadamente do STAL, e depois fez a sua análise. Relativamente à questão se o risco era baixo, médio ou elevado, decidimos que não tínhamos condições de estar a entrar nesse detalhe e entendemos que devíamos considerar para todas estas áreas operacionais que o risco fosse elevado. Por outro lado, como a Lei prevê, também tivemos o cuidado de antes verificar se assim era, porque se não teríamos tomado posição e decisão mais cedo, mas como há a possibilidade de ser com efeitos retroativos fizemos tudo no tempo que foi possível pelos serviços e propusemos o pagamento do subsídio com efeitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

retroativos, o que de acordo com o combinado com o nosso chefe de divisão, o Dr. **Ricardo Barbosa**, será processado no próximo mês de julho”.-----

O deputado **António Roberto** refere que “nós, naturalmente, vamos votar a favor desta proposta, mas lembrar que o Partido Comunista Português tinha apresentado há quase 30 anos uma lei que ia neste sentido, suplemento de penosidade, insalubridade e risco. Já se deu um importante passo em frente, por isso que nós vamos votar a favor. Mas ainda falta alguma coisa, na nossa perspetiva, porque temos que ter em atenção que a questão não é só penosidade e insalubridade, há também o risco. Qualquer um de nós sabe que estes trabalhadores dos mais variados setores, correm riscos e isso não é tido em atenção. De qualquer das formas é só para sublinhar que nós vamos votar favoravelmente esta proposta, esperando que a curto prazo se possa dar mais um passo em frente, tendo em atenção o risco. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta do Executivo da Câmara Municipal de Sines, de prestação de contas consolidadas - 2020 -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que “o momento que atravessamos agora e que atravessámos durante o ano 2020, com estas questões relacionadas com o Covid, foi um ano atípico, quer do ponto de vista de gestão, quer do ponto de vista dos recursos humanos, quer do ponto de vista das contas, do lado das receitas e do lado das despesas. É algo que nós, felizmente, nunca tivemos oportunidade de lidar no passado, mas que naturalmente condiciona e condicionou bastante a gestão, não apenas das autarquias, das empresas, dos agregados familiares, de tudo aquilo que existe e tudo aquilo que necessita de organização, de dinheiro, de tudo aquilo que é gerido e que necessita de controlo. A prestação de contas da autarquia também reflete um pouco disso. Neste momento os documentos que temos são a prestação de contas consolidadas, que engloba não só as contas da Câmara, como também a participação do Sines Tecnopolo e da Associação Pro Artes. E o que aqui temos é uma análise muito sucinta, neste caso uma análise patrimonial, da evolução do ativo. Se compararmos o ano de 2019 com o ano 2020, há um crescimento do ativo do grupo Câmara Municipal que ronda os 38 milhões de euros, o que é naturalmente satisfatório. Ainda na análise



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

patrimonial, evolução do património líquido, há também um crescimento significativo da ordem dos 39 milhões de euros. Relativamente ao passivo, há um decréscimo, o que também naturalmente é positivo, menos um milhão e 300 mil euros, comparativamente com igual período de 2019. -----

Da parte da evolução dos gastos e perdas é um valor mais ou menos sensível, no entanto, com um ligeiro decréscimo de cerca de cento e oitenta e dois mil euros. Quanto à evolução dos rendimentos e ganhos, uma evolução positiva comparativamente com 2019, da ordem de 1,6 milhões de euros de crescimento. Relativamente à evolução dos resultados também há um crescimento positivo, em 2019 o resultado líquido do exercício consolidado foi cerca de um milhão de euros, em 2020 foi cerca de dois ponto nove milhões de euros. -----

Na análise patrimonial e relacionado com o endividamento temos também uma evolução positiva do grupo Câmara Municipal de Sines. Em 2019 terminamos o ano com o endividamento do grupo de cerca de 16,7 milhões de euros. Terminámos 2020 com 14,1 milhões de euros, uma redução de cerca de 2,6 milhões de euros. -----

Há naturalmente alguns aspetos, e estamos a falar das últimas contas que são apresentadas neste exercício e neste mandato, deparámos com uma evolução em termos de contas da Câmara Municipal, não do grupo, apenas da Câmara, uma evolução positiva, ao longo de todos estes anos tivemos um crescimento positivo do ativo, o que é naturalmente importante. -----

Relativamente ao passivo, houve também um decréscimo, desde 2013 até hoje, aquilo que podem ver, é um decréscimo ao longo dos anos, com pequenas oscilações. -----

A evolução do endividamento da Câmara Municipal também teve um decréscimo significativo ao longo destes anos, com uma ligeira inflexão em 2018 e 2019, mas depois mantendo a tendência natural de redução. Na evolução da dívida, incluindo as participadas, no quadro anterior víamos só a Câmara Municipal, aqui vemos as participadas, mantém-se a mesma tendência, em 2013 rondava os 25 milhões de euros, neste momento ronda os 11 milhões de euros, temos em linha de conta não só a dívida da Câmara, como também do Sines Tecnopolo e da Escola de Artes. Outro aspeto importante, que por vezes falamos mas não existe uma análise muito pormenorizada, tem a ver com a evolução da dívida a fornecedores e, falo apenas de fornecedores, que tem tido aqui um comportamento bastante positivo de redução ao longo dos anos. Para terminar, a questão dos pagamentos em atraso que é sempre importante, não só do ponto de vista dos números, como também daquilo que os próprios fornecedores sentem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Pela primeira vez, desde que eu me recordo aqui na Câmara Municipal, chegámos a um valor zero na evolução dos pagamentos em atraso, é algo que também gostaria de registar, tendo em conta a importância que este indicador tem para os fornecedores do município e também para a credibilidade do mesmo. Eram estas notas que gostava de deixar sobre o documento de prestação de contas consolidadas”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que “na página 9 deste documento, na parte relativa à análise financeira da associação Sines Tecnopolo, aparece uma tabela quase toda a vermelho, dando a entender que as finanças desta instituição andam pelas ruas da amargura. Sabemos que é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecemos a sua importância para Sines, mas considera-se também de menos importância a fazer uma boa gestão dos seus recursos. -----

Relativamente ao endividamento do grupo municipal, no final de 2020 verificou-se uma dívida geral de 14 milhões e 110 mil, sensivelmente. No final de 2017 a dívida geral era de 15 milhões, sensivelmente. Na prática significa que em três anos houve uma redução do endividamento do grupo municipal de um milhão de euros. Considerando o reduzido volume de obras que se tem feito ao longo dos últimos três anos, o estado de manutenção de ruas e jardins, considera-se que a redução do endividamento, no nosso ponto de vista, devia de apresentar um valor mais expressivo”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz ter “só duas notas relativamente aquilo que o senhor Deputado **Carlos Murta** disse. No que refere às contas do Sines Tecnopolo, de facto essa coluna aparece a vermelho, mas podia aparecer a preto, é indiferente. Essa coluna faz apenas a variação, a comparação entre o ano 2019 e 2020. Se reparar o resultado em 2020 foi positivo cerca de doze mil e quinhentos mil euros. O Sines Tecnopolo é uma instituição que vive muito dos fundos comunitários, dos projetos comunitários, da formação. E como sabem, durante o ano 2020 praticamente não houve formação, houve vários problemas relacionados com estas áreas, não só por dificuldades em receber os dinheiros de anos anteriores, como também pela falta de formação presencial, o que motivou naturalmente uma quebra significativa das suas receitas. Em todo o caso, há aqui um aspeto que eu vos queria focar, e que tem a ver com o passivo. O facto de apresentar uma coluna a vermelho é bom sinal, porque quer dizer que ele reduziu, ou seja, reduzindo o passivo é uma boa notícia e não uma má notícia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Relativamente à questão que frisou da evolução da dívida global, incluindo participadas, é sempre importante reduzir, independentemente do valor em causa. Obviamente não conhecemos todos os dados dessa dívida, o que sabemos é que independentemente da dívida que está a reduzir ao longo dos anos, temos conseguido lançar uma série de candidaturas e de obras que, apesar de não estarem pagas, muitas delas tem garantia de fundo comunitário, ou seja, se não fosse essa redução da dívida dificilmente a Câmara Municipal teria condições para lançar as obras que temos lançado”.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto. Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS, 3 abstenções do Movimento Sim e 1 voto contra da CDU.

Ponto 6: Apreciação da Certificação Legal das Contas Consolidadas – 2020, Relato sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão.

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que se trata apenas de um relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, não tendo nada a acrescentar.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto.

Uma vez que nenhum deputado quis intervir, considerou que o documento foi apreciado e que a Assembleia Municipal teve conhecimento do mesmo.

Ponto 7: Apreciação e votação das peças do procedimento e modelo de financiamento do contrato para a exploração dos serviços de transporte público rodoviário de passageiros do Alentejo Litoral.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca deste ponto.

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “quando estas competências no âmbito dos transportes passaram para as autarquias, neste caso as autarquias delegaram na CIMAL grande parte destas competências. O próprio documento que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

apresentado refere que devem ser aprovadas as peças do procedimento de concurso público para a exploração do serviço público de transportes rodoviários de passageiros do Alentejo Litoral a lançar no contexto da CIMAL e aprovada a assunção dos encargos plurianuais, nos termos que foram delineados no contexto da CIMAL. Estamos a falar de um concurso que durará cinco anos e que cuja gestão será feita pela CIMAL, uma vez que a CIMAL é a autoridade de transporte competente relativamente a esta matéria. No caso de Sines nós temos duas componentes, temos os transportes públicos propriamente ditos e temos também a componente dos urbanos. O concurso é lançado para ambos, para além de todos os outros municípios que fazem parte deste caderno de encargos. Portanto, no âmbito das competências que foram delegadas, a CIMAL é a autoridade de transportes competente relativamente ao serviço público de transportes na nossa zona e têm também a competência, enquanto tal, de assegurar o transporte de passageiros no âmbito dos municípios. Para além do transporte dentro de cada um dos municípios, tem também o transporte intermunicipal e não só, também na ligação de outras carreiras com outras comunidades intermunicipais. O que se trata é de aprovar essas peças do procedimento para lançamento do concurso, que foi aprovado em reunião de Câmara, tem que ser aprovado na Assembleia Municipal e também tem que ir aos dois órgãos da comunidade intermunicipal. Como referi, aprovar as peças do procedimento e aprovar a assunção de encargos plurianuais, para os vários anos que estão aqui em questão”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 8: Apreciação e votação da proposta do Executivo da Câmara Municipal de Sines, relativa à estratégia local de habitação de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “relativamente a esta matéria e antes de passar ao Vereador **Fernando Ramos**, que tem acompanhado toda esta matéria e negociado com o IHRU toda a estratégia, deixar só duas ou três notas que me parecem importantes, em termos genéricos. Quando em 2018 foi aprovada uma resolução de Conselho de Ministros que vem iniciar esta nova geração de políticas de habitação, naturalmente tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

um foco claramente político, que tem a ver sobretudo em garantir o acesso de todos a uma habitação adequada que, obviamente, é importante e também criar condições para que tanto a reabilitação dos edifícios, como da própria reabilitação urbana, deixassem de ser exceções e passassem a ser uma regra. Duas áreas absolutamente essenciais para a revitalização das cidades e ao mesmo tempo criar condições para que as pessoas possam ter melhor qualidade de vida. Naturalmente que esta estratégia, ou este instrumento local de habitação, é um documento absolutamente essencial para o futuro do nosso concelho e tem um papel extremamente importante, porque acaba por definir, não só a estratégia, como também o modo de atuar e a forma como este Executivo e o próximo poderão atuar numa área que é absolutamente essencial para nós. O que está em causa é que o nosso município tem necessidades muito próprias, que tem um conjunto de investimentos que se avizinham e que são absolutamente essenciais para o nosso futuro e falo tendo a consciência perfeita de que é absolutamente essencial ter aqui uma política integrada, adequando não só as perspetivas de investimento, como também as perspetivas de crescimento do próprio tecido urbano e é esse trabalho que está a ser desenvolvido”.

O Vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, diz que “Sines, pela singularidade da sua atividade económica alicerçada no porto de Sines, é diferente de muitos municípios do país e não se encontra preparado para absorver o crescimento populacional que é espetável que venha a acontecer. Infelizmente ainda temos situações que queremos erradicar do nosso concelho, nomeadamente, pessoas que vivem em contentores, em pré-fabricados, em condições precárias que queremos resolver. Foi elaborado um exaustivo diagnóstico pela nossa equipa de serviço da Câmara Municipal de Sines que eu gostaria de realçar. Foi um trabalho muito exigente, mas que nos vai ser bastante útil no futuro, e houve a elaboração de um exaustivo diagnóstico. As soluções habitacionais foram adotadas considerando a diversidade dos problemas que requerem respostas específicas, ou seja, esta nova geração de políticas não se resume apenas a uma resposta, mas tem várias respostas. Esta nova geração de políticas de habitação surge no sentido inverso das políticas de habitação praticadas nas últimas décadas e com isto, obviamente, não vamos de forma alguma desprestigiar quaisquer outras soluções que foram adotadas anteriormente. Sines tem um histórico e procura encontrar boas soluções para as pessoas e, mais uma vez, este Executivo honrando essa prática e também estando aberto para estas novas políticas de habitação, vai empenhar-se para dar continuidade e melhorar essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

situação. É preciso incentivar uma oferta alargada de habitação também para arrendamento público. O programa 1º Direito é o programa que procura dar resposta a estas situações, porque procura promover as soluções habitacionais para as pessoas vulneráveis que vivem em condições habitacionais indignas, as tais pessoas que foram sinalizadas no diagnóstico que eu há pouco referi. A apresentação das candidaturas depende da prévia aprovação da estratégia local de habitação e este documento é crucial para os próximos anos, porque sem este documento não seria possível nós agirmos. Com esta estratégia vai ser possível, quer aos privados, quer a nós próprios, promotor Câmara Municipal, agir. Esta estratégia obedece aos princípios do programa 1º Direito e contém o diagnóstico das carências onde se devem enquadrar todos os pedidos a candidatar ao apoio deste programa. A candidatura ao 1º Direito funciona da seguinte forma: O município elabora a estratégia local de habitação, e os novos pedidos de apoio do município, ou os que forem sendo apresentados, são agregados num novo conjunto de candidaturas a enviar ao IHRU, com uma periodicidade não inferior a 6 meses. Esta estratégia não é um documento fechado, porque a realidade também é dinâmica. Se for aprovado por esta Assembleia Municipal, o documento será enviado para o IHRU- Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana -, que irá tomar uma decisão sobre o mesmo. ----- Também gostaria de deixar aqui uma nota à grande colaboração prestada pelo IHRU, na pessoa da senhora presidente e dos seus técnicos, porque estiveram sempre disponíveis, desde a primeira hora, para este município. Se depois de tudo o documento for sancionado positivamente pelo IHRU, iremos efetuar a assinatura do acordo com o Governo. ----- Falando um bocadinho de números: Foram identificados 554 agregados vulneráveis, identificados através dos inquéritos do diagnóstico e de muita informação que já temos nos serviços da Câmara Municipal, no serviço da habitação, divisão de intervenção social. Destes, 392 estão previstos, em termos de resposta, como soluções habitacionais financiadas pelo 1º Direito. Destes 392, 230 agregados tem casa própria e 228 são do Bairro Primeiro de Maio. Depois, 7 agregados vivem em casa arrendada ou privados, 47 agregados vivem em casa arrendada à Câmara Municipal de Sines e 109 agregados que vivem noutra condição. Destas 230 soluções de beneficiários diretos são agregados privados com casa própria, 162 soluções de entidade-beneficiário. ----- Soluções habitacionais financiadas pelo 1º Direito: 230 soluções para a reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, isto beneficiários diretos e depois 162 soluções através da entidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

beneficiária Câmara Municipal de Sines. Temos que andar muito rápido e vai ser extremamente exigente porque as 26.000 primeiras habitações são aquelas que podem ter um financiamento a 100%. Destas 162 soluções, temos a reabilitação de 41 frações ou de prédios habitacionais e estamos a falar de habitações que o Município já tem e que vai reabilitar. -----

Construção de prédios ou de empreendimentos habitacionais com previsão para o início de 2022. Nós temos aqueles pré-fabricados que estão no Bairro da Floresta e também temos duas *roulotes* nas Barradas. Eram mais, mas foi possível com o tempo, nestes oito anos, ir realojando essas famílias e temos mais uma ou duas habitações junto aos viveiros e queremos resolver o problema dessas pessoas. -----

Depois, 16 desses agregados têm a ver com um terreno que temos ali na Rua da Floresta, já temos lá um prédio com habitação social, um deles em que, salvo erro, só uma fração é que não é propriedade do município e outro que também já alguns particulares adquiriram, mas alguns ainda são propriedade do município. Esse terreno que o município tinha colocado à venda, e que optou por retirar da venda, será destinado à construção de dois prédios. Em princípio cada um deles com 8 frações, o que perfaz, nos dois, mais 16 oportunidades de alojar agregados. Também temos um terreno, que está sinalizado e, 24 + 24, 48 fogos que nós pretendemos construir mais habitação, num total de 84 respostas a agregados familiares. Também a aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação. Nós consideramos que é importante integrar, para a coesão no concelho. Também pode ser possível exercer, ou não, o direito de preferência na compra de um imóvel, cada vez que um particular o tente vender, dado que o município tem que se pronunciar e dizer se o pretende adquirir. Da mesma maneira pretendemos fazê-lo para habitações que nós consideramos que sejam importantes para realojar as pessoas, é algo imediato com a colocação no mercado a custos acessíveis, como o IHRU inclusive já fez com uma habitação que tem no Bairro Primeiro de Maio, há pouco tempo. -----

Em termos de soluções habitacionais, em termos financeiros: Há um valor de referência por fogo, que é 19.512€, para a reabilitação de frações ou de prédios habitacionais. Para a reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, que já são propriedade da Câmara Municipal de Sines, estão previstos cerca de 800.000€. Para a construção de prédios ou empreendimentos habitacionais da parte do município está previsto um valor de cerca de 8 milhões de euros. Para aquisição de frações, está prevista a aquisição de 37, no valor de 4.320.000€ aproximadamente. Existem majorações que estão previstas e que efetivamente podem constituir uma mais-valia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Soluções habitacionais complementares previstas: Estabelecimento de parcerias com privados, para recuperação de imóveis e disponibilização para arrendamento a custos acessíveis. Esta é uma solução, pensando em algumas habitações que estão degradadas no nosso concelho e que, eventualmente, o município pode criar mecanismos que podem incentivar a recuperação dessas habitações pelos proprietários, nomeadamente com a diminuição ou até ausência de pagamento de alguns impostos municipais e outros incentivos que estão previstos em legislação própria. Se os privados o fizerem, obviamente celebrando um protocolo com o município e dizendo que essa habitação vai ser colocada no mercado a custos acessíveis em termos de arrendamento. Venda de fogos a custos controlados diretamente ou em parceria com privados, um dos objetivos é criar condições de habitação aqui no nosso concelho, fixar as pessoas que aqui residem e, nesse sentido, já há algumas diligências feitas por parte do Executivo para o efeito. Atribuição em propriedade plena de lotes de terreno destinados à construção de habitação a custos inferiores aos referenciados pelo mercado, que já está em marcha. -----

A finalizar, referir que não partimos de uma situação muito negativa, em termos do nosso parque edificado, porque no concelho de Sines grande parte dos imóveis não estão degradados e isso é bom. Não partimos de uma base muito difícil, mas o nosso grande foco e objetivo é encontrar respostas, boas respostas, aquelas que estão tipificadas e identificadas, para dar solução a estes agregados familiares diagnosticados. Estou ao dispor para qualquer questão que entendam por conveniente”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “queria só acrescentar duas ou três coisas, que me parecem importantes, aliás, praticamente tudo foi dito da estratégia e, mais uma razão depois daquilo que foi apresentado pelo Vereador, para perceber que era necessário criar esta estratégia local de habitação, por um lado para sistematizar toda esta informação e também para, com base nesta sistematização dos agregados familiares, poder melhor analisar e chegar a conclusões. Há também aqui alguns dados que são importantes, para perceberem a importância deste trabalho que foi sendo desenvolvido ao longo de todo este tempo. Sines é o concelho do Alentejo Litoral com menor parque edificado, ou seja de todo o Alentejo Litoral, Sines apenas dispõe de 9% dos edifícios existentes nesta sub-região. Neste caso Odemira é o grande concelho, com cerca de 34% e Santiago do Cacém com cerca de 25%, mas, como o Vereador **Fernando Ramos** referiu, a história recente de Sines justifica também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que este seja o concelho com maior número de edifícios construídos depois dos anos 60, ou seja, cerca de 70% do edificado é relativamente recente, muito superior aos outros concelhos”. O deputado **Carlos Murta** refere que relativamente ao documento “queria dizer que reconhecemos que é um documento de uma importância vital para o município e só peca por ser tardio, mas como diz o ditado popular “mais vale tarde que nunca”. Era importante que este documento tivesse sido feito, ou sido iniciado, logo em 2014, porque de facto desde 2014 até à data, sobre esta matéria reconhecemos que praticamente nada foi feito e deveria ter sido feito. De qualquer das maneiras, não deixo de dar os parabéns ao Executivo por este documento e por ir pôr em prática uma política de habitação que de facto o município necessita, e muito”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, em resposta à intervenção do Deputado **Carlos Murta**, diz que este “referiu a importância do documento, ainda bem e isso é notório. Referiu que deveria estar feito em 2014, nós infelizmente não temos esse condão de adivinhar que o governo português em 2018 iria criar um programa de apoio ao acesso à habitação, ou seja, uma coisa é uma política de habitação que o município tem, outra coisa é criar as condições para que possa candidatar-se a estes programas criados pelo Governo, nomeadamente, o Decreto-Lei 37/2018 de 4 junho, que define um conjunto de regras para que os municípios possam candidatar-se a estes programas. Política de habitação existia, nós temos identificado as necessidades do concelho, temos identificado as carências de habitação, esse trabalho tem sido sempre desenvolvido ao longo dos anos. Responder concretamente a este Decreto-Lei 37/2018, para a criação não só de uma estratégia local de habitação, como também poder desta forma candidatar-se aos fundos comunitários e ao dinheiro que o IHRU vai disponibilizar, é outra questão e só agora foi possível fazer, porque só a partir de 2018 foram criadas as regras básicas para estes programas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto. Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor do PS, 3 votos a favor do Movimento Sim e 1 abstenção da CDU. -----

Ponto 9: Apreciação e votação do projeto de versão final da proposta de suspensão parcial do PUZILS (Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines) e adoção de medidas preventivas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca do ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que “a Câmara aprovou o projeto de versão final da proposta de suspensão parcial do PUZILS e adoção de medidas preventivas. Após esta aprovação, tivemos também a aprovação e o parecer favorável da CCDR. Como sabemos, as intenções de investimento que estão a surgir dentro da zona industrial de Sines, gerida pela AICEP Global Parques, são muito diversificados daquilo que era a matriz anterior, ou seja, estão a surgir investimentos de outro tipo e o plano de urbanização da ZILS nem sempre dá resposta, uma vez que é limitador, é um documento que tem alguma idade, que vai precisar de uma revisão. Ele foi aprovado e publicado em 2008, já lá vão alguns anos, e o que está a acontecer neste momento é que alguns dos projetos que pretendemos que se instalem dentro daquela zona industrial, neste caso específico é um projeto inócuo, mas muito importante para o porto, que é a construção de uma estação de corte da EDP, não tinham as condições legais para que pudessem estar enquadrados neste plano de urbanização da ZILS. O que a Câmara fez, em sintonia com a CCDR, foi criar esta suspensão parcial do PUZILS, para naquele local específico poder adotar outro tipo de medidas e viabilizar este investimento. Esta obra é absolutamente essencial do ponto de vista do fornecimento energético, não só ao porto como também daquela zona industrial e, desta forma, o mecanismo a que recorremos foi a suspensão parcial do PUZILS e adoção de medidas preventivas. Este é o objetivo deste ponto e é uma situação perfeitamente definida da Lei e foi a isso que nós recorremos”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto. Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 10: Apreciação da atividade, bem como da situação financeira do Município de Sines, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 2º e do art.º 19º do Regimento da Assembleia Municipal de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca do ponto em apreciação. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “relativamente à síntese da atividade do município neste período, entre 16 de abril e 11 de junho, foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

desenvolvidas uma série de atividades que são importantes. Existem algumas decisões que, pela sua importância para a organização, gostaria de referir. Em termos de recursos humanos, a contratação de dois assistentes operacionais por tempo indeterminado, um assistente técnico por tempo indeterminado, um novo assistente operacional por tempo indeterminado, mais um assistente operacional por tempo indeterminado, estou a falar na manutenção de espaço e jardins, de gestão de stocks, a manutenção e conservação e reabilitação, e também a abertura de um procedimento concursal para a contratação de um assistente operacional para divisão de desenvolvimento local. -----

Relativamente às obras que estão neste momento em curso, há aqui um conjunto delas que praticamente estão concluídas, nomeadamente a requalificação do Bairro da Quinta dos Passarinhos, a Travessa da Ti Carlota, assim como ficou concluída neste período a repavimentação do caminho municipal 1086 da Ribeira dos Moinhos. Na qualificação do canto do Mosqueiro, o passadiço está quase concluído, faltando numa segunda fase a execução do estacionamento junto ao restaurante lá existente. -----

Relativamente à divisão de planeamento e gestão estratégico, nomeadamente projetos que estão em execução, não queria estar a repetir aquilo que já repeti em Assembleias anteriores, muitos destes projetos estão em revisão, alguns já em análise técnica para poderem ser lançados os procedimentos. Há alguns cujo projeto, neste momento, já está na contratação pública para o procedimento. Eu recorro que, apesar de não estar aqui nem em projeto nem em elaboração de empreitada, a estrada da ilha do Pessegueiro já foi adjudicada, está em fase de assinatura do contrato para a pavimentação de toda aquela estrada. A estrada da Cabeça da Cabra também está numa fase de lançamento do procedimento e a reparação dos pavimentos da cidade de Sines é uma obra que já está em vias de ser adjudicada para começar a sua execução. -----

Relativamente a outros aspetos que merecem algum relevo, algumas candidaturas que foram aprovadas, nomeadamente o parque de merendas de Sines, para o qual conseguimos um financiamento de cerca de 42.500€. Uma candidatura que foi feita para a conservação do ambiente e biodiversidade dunar, ao fundo ambiental, tivemos um financiamento de cerca de 20.000€. Já está para assinatura do termo de aceitação uma candidatura do roteiro *Praias de Sines*, que teve uma comparticipação de cerca de 123.500€, o que também é algo importante. Relativamente ao desenvolvimento económico e para além da muita atividade que este serviço tem tido, a registar a aprovação de redução do direito de superfície na ZIL2, de cerca de 25%,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

a aprovação também de 33 apoios concedidos do âmbito do Sines Retoma, o que é também algo importante no apoio à economia local. -----

Há depois de um conjunto de outras aprovações que foram importantes, nomeadamente o financiamento ao associativismo para o ano 2021, neste caso, de cariz social foram os primeiros a ser apoiados face ao momento em que vivemos, no caso da Gralha 20.000€, Santa Casa da Misericórdia, Cáritas Paroquial, Cercisiago, Associação Cabo-Verdiana, o PROSAS, o ASS (Associação Sines Solidário), Missão Coragem, também a Associação de Carnaval de Sines. A registar o evento que ocorreu em Sines no dia 1 de junho, onde o Senhor Primeiro-Ministro presidiu à inauguração do cabo submarino da EllaLink, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. -----

Relativamente ao resumo financeiro, comparando o mesmo período de 2020 com o período de maio de 2021, houve um resultado líquido do período muito superior ao de 2020, o que é importante, e tem a ver com uma questão, uma vez que estava aprovisionado um valor de 3,7 milhões de euros, em que o tribunal deu razão ao Município de Sines e como tal esse valor foi libertado. Houve também um crescimento das vendas de bens de investimento, que também foi positivo. -----

Relativamente ao resumo do balanço, o total do passivo diminuiu cerca de 2,6 milhões de euros em igual período, estamos a comparar os primeiros 5 meses de 2020, com os primeiros 5 meses de 2021. -----

Relativamente ao resumo da demonstração de resultados, o resultado líquido do período a maio 2021 foi de cerca de 5,5 milhões de euros, comparando com os 900.000€, do ano anterior. Relativamente à evolução da receita, já falei nalguns aspetos principais, a despesa também se tem mantido dentro daquilo que é a normalidade. Na execução do plano plurianual de investimentos o comprometido ronda os 75%, embora a faturação esteja um pouco inferior às nossas expectativas, mas tem a ver naturalmente com a evolução de algumas das empreitadas. Relativamente ao endividamento temos aqui mais uma boa notícia, mais uma vez a dívida diminuiu comparando iguais períodos, em maio de 2021 situava-se nos 10,9 milhões de euros. Quanto ao limite da dívida global, a margem que temos disponível é neste momento de 3,7 milhões de euros, o prazo médio de pagamento, os resultados são a março de 2021, 61 dias. E quanto ao equilíbrio orçamental, a margem continua negativa, portanto, de menos 464.186€.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Como sabemos, a regra do equilíbrio orçamental não se aplica em 2021, de qualquer forma no mês de junho ela já passou a positiva, portanto, já não estamos preocupados com esta margem. Relativamente aos fundos disponíveis, continuam positivos, cerca de 1.250.000€ e pagamentos em atraso, neste momento, é zero, o que naturalmente é satisfatório. E basicamente é esta a análise que eu tinha para fazer”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que “relativamente a este documento, o que nós verificamos é que existem muitas obras em execução, o que não deixa de ser bom, muitos projetos concluídos, em revisão e em execução, mas obras concluídas não aparecem. Quanto ao grau de execução das receitas verifica-se uma percentagem de execução muito baixa, praticamente estamos a meio do ano e estamos com uma percentagem de execução que não chega a 20%. Destacamos, no entanto, uma rubrica que nos chamou a atenção, que é *outras receitas correntes*, onde se previa uma receita de 14 milhões de euros e, neste momento, apenas se concretizou cerca de 24.000€, que é insignificante, ou praticamente nulo. De forma que eu volto a frisar que é importante o rigor orçamental, que não se tem visto e que deveria de passar a existir”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, disse que relativamente a este ponto “não tenho grande coisa a acrescentar, relativamente às obras, são o que são, obviamente que se pudessemos, se tivéssemos aqui um mecanismo de acelerar, naturalmente que as acelerávamos, mas o importante é que elas se façam. Das obras que estão a decorrer, nós não nos preocupamos muito se elas ocorrem até final do mandato ou se se mantêm, esse não é o nosso principal foco. O foco é que se façam, independentemente do tempo que demoram. No entanto, queria frisar que os projetos que estão neste momento feitos são muito importantes para o futuro do concelho, em várias áreas. Quanto à questão da receita, isso também é motivado pelo facto de os impostos só a partir do mês de maio, junho, começarem a cair nas contas do município, ou seja, até lá, muito pouco, só alguma venda de património. A partir destes meses, são os meses em que essas receitas começam a entrar nos cofres e naturalmente a execução passa a ser significativa”. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, considerou estar feita a apreciação deste ponto. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que foi votado e aprovado por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Procedeu-se então à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, às vinte e três horas e trinta e três minutos, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 28 de junho de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José

1ª Secretária

Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira

2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

Artur Licínio de Oliveira Martins